

FACULDADE DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO DE RUBIATABA – FACER
CURSO DE DIREITO

HELAINÉ LAMOUNIER DE SOUZA COSTA

**OS DIREITOS FUNDAMENTAIS
NA TERCEIRA IDADE**

Monografia apresentada à FACER – Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Direito sob a orientação da professora Mestre Claudia Pimenta Leal.

RUBIATABA/GO.

2008

FOLHA DE APROVAÇÃO

HELAINÉ LAMOUNIER DE SOUZA COSTA

OS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA TERCEIRA IDADE

COMISSÃO JULGADORA
MONOGRAFIA PARA OBTENÇÃO DO BACHARELADO DE DIREITO PELA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO DE RUBIATABA

RESULTADO _____

Orientador _____

Claudia Pimenta Leal
Mestre em Ciência Penal

2º Examinador _____

Gerusa Silva de Oliveira
Mestre em Sociologia

3º Examinador _____

Eliane de Fátima Rodrigues
Mestre em Ciências Ambientais e Saúde

Rubiataba/ 2008

DEDICATÓRIA:

Dedico esta monografia aos meus pais pela paciência;

Ao meu esposo pelo amor e dedicação;

Aos meus filhos por terem se abdicado da minha presença em momentos em que deveria estar presente e não estava.

A todos vocês da Facer dedico esta monografia por ter me auxiliado a realizar o meu sonho "O Curso de Direito."

AGRADECIMENTOS:

*A Deus por estar em primeiro lugar em minha vida ,
por me dar a capacidade de aprendizagem e coragem;
aos professores maravilhosos que passaram pela
minha vida durante esses cinco anos ;*

A mim mesma por ter alcançado meus objetivos;

*Em especial a minha orientadora prof^a Claudia
Pimenta leal;*

*A prof^a Geruza Silva de Oliveira que soube ouvir
minhas reclamações e lamúrias.*

EPÍGRAFE

“ Já perdoei erros quase imperdoáveis, tentei substituir pessoas insubstituíveis e esquecer pessoas inesquecíveis. Já fiz coisas por impulso, já me decepcionei com pessoas quando nunca pensei me decepcionar, mas também decepcionei alguém. Já abracei pra proteger, já dei risada quando não podia, fiz amigos eternos, amei e fui amado, mas também já fui rejeitado, fui amado e não amei. Já gritei e pulei de tanta felicidade, já vivi de amor e fiz juras eternas, “quebrei a cara” muitas vezes! Já chorei ouvindo musicas e vendo fotos, já liguei só para escutar uma voz, me apaixonei por um sorriso, já pensei que fosse morrer de tanta saudade e tive medo de perder alguém especial (e acabei perdendo) ! mas vivi e ainda vivo! ...”

Charles Chaplin

RESUMO: A monografia é resultado de uma pesquisa que utilizou como referenciais livros, artigos, textos publicados na Internet e documentos como a Constituição Federal e o Estatuto do Idoso. A escolha do tema “Os direitos fundamentais na Terceira Idade” foi um grande desafio, pois a idéia de realizar a pesquisa sobre o idoso nasceu dos constantes atos de desrespeito veiculados pela mídia. Pretende-se com a monografia despertar a atenção da sociedade para a realidade de grande parte dos idosos no Brasil.

Palavras-Chave: Terceira Idade. Cidadania. Lazer. Direitos. Qualidade de vida. Respeito ao idoso.

ABSTRACT: The monograph is the result of a survey that used as reference books, articles, texts and documents published on the Internet as the Federal Constitution and the Statute of the Elderly. The choice of the theme "The fundamental rights in the Third Age" was a big challenge, because the idea of doing the research on the elderly was born of constant acts of disrespect conveyed by the media. It is intended to arouse the attention of the monograph society to the reality of many of the elderly in Brazil.

Word-Key: Third Age. Citizenship. Leisure. Rights. Quality of life. Respect to the aged one.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS:

- OMS - Organização mundial da Saúde
- CF - Constituição Federal
- IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- IDT - Índice de Desenvolvimento Tecnológico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA.....	14
2 ENVELHECIMENTO COM QUALIDADE DE VIDA.....	23
2.1 A Importância do lazer na qualidade de vida dos idosos	26
3 POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRA PARA A TERCEIRA IDADE.....	29
3.1 Cidadania e a Terceira Idade	33
3.2 Políticas Públicas que Garantem o Lazer e Qualidade de Vida ao Idoso	37
4 RESPEITO À TERCEIRA IDADE: NOVAS POSTURAS, NOVAS AÇÕES.....	42
4.1 Aumento da Expectativa de Vida	46
4.2 Fatores de Promoção do Bem-Estar na Terceira Idade	49
4.3 A Terceira Idade na Sociedade Contemporânea	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
BIBLIOGRAFIA.....	56

INTRODUÇÃO

Esta monografia é resultado de um intenso trabalho de pesquisa que teve como objetivo geral refletir a situação do idoso no Brasil mostrando que as garantias dos direitos fundamentais da terceira idade nem sempre são garantidos pelo Estatuto do idoso e os objetivos específicos são: ampliar o saber jurídico sobre a garantia dos direitos fundamentais do idoso; analisar se os direitos fundamentais do idoso estão sendo respeitados; mostrar que o respeito aos direitos fundamentais do idoso deve partir de ações da comunidade em geral e também do poder público e incentivar a comunidade a desenvolver ações que promovam o bem-estar do idoso.

A pesquisa bibliográfica, definida por Severino (2001, p.22) como a “pesquisa realizada através de análise de artigos publicados em livros, revistas e meio eletrônico” contemplou autores como Melo (2006); Monteiro (1996); Baltes (1990); Souza (2006) e documentos como o Estatuto do Idoso e a Constituição Federal Brasileira de 1988 esclarece que, embora a longevidade constitua uma notável conquista da ciência, a maior parte dos estudiosos da terceira idade é unânime em afirmar que mais importante do que ter a existência prolongada é envelhecer com dignidade e qualidade de vida.

O método dialético utilizado nesta pesquisa foi escolhido porque permite a análise de fenômenos naturais, a evolução da sociedade e do pensamento. Segundo Ribeiro (1999, p.44), ‘ a dialética postula que as leis do pensamento correspondem as leis da realidade. A dialética não é só pensamento: é pensamento e realidade a um só tempo’. Nesse sentido é que este método foi escolhido para a pesquisa, pois ao pesquisar sobre os direitos fundamentais do idoso, propôs-se a observar as mudanças ocorridas a partir do Estatuto do Idoso, bibliografias sobre o assunto e documentos que expressam as mudanças ocorridas na sociedade.

O método de compilação segundo Nunes (2000) “consiste na narração minuciosa do pensamento de autores que escreveram sobre o tema escolhido. É a organização lógica e

harmônica das várias opiniões, mesmo quando se apresentarem antagônicas”. O intuito de usar este método foi por ser um trabalho onde reuni pensamentos diversos sobre a importância dos direitos fundamentais do idoso.

O respeito ao idoso vai além de simples ações cotidianas como a garantia do assento no transporte coletivo, a prioridade nas filas do banco, entre outros. Segundo Simone de Beauvoir (1990), o grau de civilização de uma determinada sociedade pode ser medido pelo tipo de tratamento dispensado aos idosos. Se em algumas sociedades do passado os idosos foram tratados de modo até cruel, é bem verdade, como assegura essa pensadora, em outras eles desfrutaram de carinho e respeito.

Contudo, se quisermos alcançar a modernidade e o desenvolvimento certamente teremos não apenas que amparar a infância e a juventude, mas avançar muito nas políticas de atendimento à velhice, pois a experiência dos mais velhos deve ser transmitida e valorizada para gerações atuais e futuras.

Esta monografia foi dividida em quatro capítulos. O primeiro capítulo esclarece que envelhecer bem depende do equilíbrio entre as limitações e as potencialidades do indivíduo, que o levará a lidar com os diferentes graus de eficácia, com as perdas ocorridas com o envelhecimento. O envelhecimento bem sucedido não pode ser visto como um conjunto único de condições, ou como uma única trajetória de envelhecimento, mas como um processo geral de adaptação. A discussão sobre envelhecimento bem-sucedido converge para a busca de fatores e condições que ajudem o entendimento dos potenciais do idoso e, se necessário, a identificação das maneiras de modificar a atual natureza do envelhecimento.

O segundo capítulo esclarece que para que a velhice seja vivenciada satisfatoriamente, um conjunto de fatores é necessário: satisfação das necessidades físicas, sociais e psicológicas do indivíduo e que idade é uma variável importante, tornando-se uma referência para compreender as possíveis alterações físicas, sociais e psicológicas que acontecem ao longo do desenvolvimento humano.

O terceiro capítulo mostra que não há como esquecer que a pessoa que hoje se encontra na terceira idade, um dia foi criança e jovem, e nesse período adquiriu de sua cultura, de seu meio ambiente, os valores e significados sobre a velhice – cristalizando um conceito de envelhecimento. Hoje, ao chegar nesta etapa, carrega consigo antigas avaliações que afetarão a sua visão de envelhecimento, e, com elas, irá construir o seu futuro.

O quarto capítulo esclarece que o tema qualidade de vida é atualmente um importante conceito aplicado nas mais diversas situações e condições pessoais e populacionais na Terceira Idade. A dimensão assumida pela problemática do idoso tem provocado mudanças na forma como a sociedade trata e representa a velhice. Fernandes (2004) observa que diferentes imagens da velhice são produzidas em função de determinados meios sociais. Conforme os fatores envolvidos, os significados e valores associados à velhice diferem a partir do referencial biológico, fatores não biológicos (sociais, econômicos e psicológicos) marcam profundamente o ritmo, natureza, a estrutura e as significações do que seja envelhecer.

Sobretudo, esta monografia faz uma análise da situação do idoso no Brasil e as expectativas em relação à sua qualidade de vida.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

Este primeiro capítulo da monografia mostrará como a população não somente mundial, mas também brasileira está envelhecendo. Serão mostradas pesquisas realizadas pelo Ministério da Saúde e Organização Mundial da Saúde (OMS) e estudos de alguns autores sobre as características dos idosos e a necessidade de desenvolvimento de projetos que contemplem essa faixa etária.

Tradicionalmente caracterizado como país jovem, o Brasil vem vivenciando um aumento gradativo do seu segmento populacional, composto por pessoas com mais de 60 anos de idade. Essa mudança, associada à diminuição das taxas de natalidade e de mortalidade, vem acarretando modificações na estrutura etária da população.

Para Monteiro¹ (1996, p.45):

A preocupação com o processo de envelhecimento da população brasileira - hoje uma realidade incontestável - começou a partir do final da década de 60. Visto que o aumento do número de pessoas acima de 60 anos vem sendo definido como um 'problema social', tornou-se imperativo que as ciências começassem a se dedicar cada vez mais ao estudo do envelhecimento, a fim de ampliar os conhecimentos a respeito das necessidades específicas desta parcela da população e de orientar as políticas sociais indispensáveis a esta nova realidade.

Inúmeras leis foram publicadas nos últimos anos visando garantir os direitos fundamentais dos idosos. Além do importante trabalho da Organização Mundial de Saúde de 1984, no Brasil, existem dois documentos oficiais²: a Lei 8.842/94, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, que no seu artigo 2º "considera-se idoso, para todos os efeitos

¹ Eliana Monteiro pesquisou sobre o envelhecimento da população brasileira, em 1996, na PUC-SP na qual é coordenadora da pós-graduação em Gerontologia e teve seu artigo publico disponível no site www.portaldoenvelhecimento.net/artigos.html. Acesso em 05 de março de 2008

² As Leis 8.842/94 e 10.741 referem-se à Política Nacional do Idoso e Estatuto do Idoso, respectivamente e são as Leis mais atuais publicadas no Brasil para proteção da pessoa idosa.

desta lei, a pessoa maior de 60 anos de idade", e a Lei 10.741 – Estatuto do Idoso, sancionada em 2003.

De acordo com o texto da Lei 8.842/94, a Política Nacional do Idoso tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. Vale ressaltar as disposições do artigo 3º desta lei, que trata o envelhecimento populacional como uma questão de interesse da sociedade em geral e reconhece a necessidade de se considerarem as diferenças econômicas, sociais e regionais existentes no País na formulação de políticas direcionadas aos idosos.

Segundo dados do Ministério da Saúde³ (2008) a partir de 1980, o grupo de jovens com menos de 15 anos passou a pesar bem menos na população global e, ao mesmo tempo, aumentou o peso relativo do contingente com 60 anos ou mais. A proporção de pessoas com 60 anos ou mais anos de idade passou de 4,2% do total populacional, em 1960, para 5,1% em 1970, e 6,1% em 1980.

Atualmente, os brasileiros com mais de 60 anos chegam a ocupar 7,3% da população e as previsões apontam que, em 25 anos, chegarão a 15%, semelhante ao que já ocorre em vários países europeus, nos Estados Unidos, Canadá e Japão, nos quais o envelhecimento populacional incorporou-se mais lentamente às experiências sócio-culturais.

Nos Estados Unidos, no Canadá e na Austrália, a mudança demográfica sucedeu mais recentemente, porque o seu desenvolvimento sócio-econômico progrediu de forma diferente ao da Europa. Na França, foram precisos 115 anos para a população idosa dobrar de 7% para 14%. No Japão, a industrialização foi implantada mais tarde, o envelhecimento se deu mais rapidamente e, atualmente, há o dobro da população idosa que havia em 1970, consequência do progresso observado no Pós-Guerra, segundo a Organização Mundial de Saúde (2008)⁴.

³ Pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde sobre envelhecimento da população brasileira. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br.html>> Acesso em: março de 2008.

⁴ Pesquisa realizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre crescimento da população idosa no mundo pós guerra e publicado no site www.scielo.org/artigos.

A população idosa tem sido a de maior crescimento no Brasil, Segundo Benevides (2008)⁵, espera-se que o País chegue até 2020 com 8.658.000 idosos, ou seja, 1 em cada 20 brasileiros terá 65 anos ou mais. Este número crescerá para 16.224.000 em 2.020, quando 1 em cada 13 pertencerá à população idosa.

O crescimento deste segmento populacional traz importantes repercussões para os campos sociais e econômicos, uma vez que um número crescente de pessoas está passando a depender da Previdência e dos serviços públicos de saúde e assistência social. No entanto, são muito precários os benefícios concedidos aos idosos pelo Estado. Os problemas dos idosos, principalmente os mais pobres, são agravados pelas aposentadorias e pensões irrisórias, e a diminuição da possibilidade de os mais jovens ampararem os parentes idosos, em virtude de fatores econômicos. A essa realidade somam-se as decorrências sociais da vida não produtiva que, muitas vezes, impedem os idosos de encontrar novos espaços de realização pessoal.

Desde os anos 80, mas de forma mais acentuada nesta década, está ocorrendo no Brasil um aumento do interesse pelo destino da população idosa, refletido, por exemplo, no aumento da consciência sobre os efeitos do envelhecimento populacional e na aceitação da idéia de que, os idosos, onerarão menos a família e os serviços de saúde, quanto mais puderem permanecer ativos e integrados no meio social.

O envelhecimento implica crescente exposição a um grande número de desafios associados às mudanças biológicas, psicológicas e sociais típicas desse processo, e que podem representar risco ou ameaça à manutenção dos níveis habituais de funcionamento. Segundo Neri (1997):

Os adultos maduros e idosos têm que lidar com crenças sociais e os estereótipos da velhice, que geralmente supervalorizam as perdas, as incapacidades, as restrições e o declínio, sem considerar a possibilidade de ocorrência de ganhos evolutivos e compensatórios.

Segundo esse mesmo autor, à medida que aumentam os conhecimentos sobre as condições motivacionais e de personalidade, associadas ao envelhecer bem, ganha realce na literatura psico-gerontológica o conceito de envelhecimento bem-sucedido.

⁵ Maria Victoria de Mesquita Benevides pesquisou sobre o envelhecimento da população brasileira e publicou artigo no site www.telasaudebrasil.org.br. acesso em 10 de março de 2008

Embora não se tenha chegado ainda a uma definição final sobre envelhecimento bem-sucedido, há um consenso, entre os teóricos, de que o termo possa ser definido como um nível relativamente alto de saúde física, funcionamento social e bem-estar psicológico, que são relacionados à competência adaptativa do indivíduo.

Para Baltes (1990), o conceito de velhice bem-sucedida inclui a noção de que o requisito fundamental para uma boa velhice é a preservação do potencial para o desenvolvimento do indivíduo. Um envelhecimento satisfatório está relacionado a uma boa qualidade no transcurso de vida de um indivíduo, o que significa que o conceito não se restringe à velhice, mas considera a influência histórica de fatores ontogenéticos, sócio-culturais e individuais.

Envelhecer bem depende do equilíbrio entre as limitações e as potencialidades do indivíduo, que o levará a lidar com os diferentes graus de eficácia, com as perdas ocorridas com o envelhecimento. O envelhecimento bem sucedido não pode ser visto como um conjunto único de condições, ou como uma única trajetória de envelhecimento, mas como um processo geral de adaptação. O indivíduo idoso seleciona e se concentra naqueles domínios que são altamente prioritários, e que envolvem a convergência das demandas ambientais e da capacidade biológica, das habilidades e das motivações individuais. A discussão sobre envelhecimento bem-sucedido converge para a busca de fatores e condições que ajudem o entendimento dos potenciais do idoso e, se necessário, a identificação das maneiras de modificar a atual natureza do envelhecimento.

Além disso, envelhecer bem depende das oportunidades do indivíduo quanto a usufruir condições adequadas de educação, urbanização, habitação, saúde e trabalho durante todo o seu curso de vida. Esses são elementos básicos à determinação da saúde; da longevidade; da atividade; da satisfação; da produtividade; da capacidade cognitiva e da competência social; da capacidade de buscar e manter contato e suporte social, com familiares e amigos; das capacidades de auto-regulação da personalidade; do nível de motivação individual para a busca de informação e para interação social, todos estes indicadores são de uma velhice bem-sucedida.

Assim, podemos concluir que um envelhecimento bem-sucedido depende de um conjunto de fatores. O fator de ordem econômica é fundamental para promover saúde física e educação ao longo do curso de vida e a promoção de uma melhor qualidade de vida através da educação favorece o seu desenvolvimento e suas adaptações sociais.

Outra questão interessante é que Segundo Diener (1997), o estereótipo de que os idosos estão infelizes com o processo de envelhecimento, que eles estão sós e isolados, abandonados e doentes, não é verdadeiro para grande parte dos sujeitos que participaram das pesquisas internacionais. Existem dados suficientes para reconhecermos que as pessoas possuem condições de adaptar-se, interagir no seu ambiente, e alcançar níveis positivos de satisfação de vida na velhice.

Um dado importante apontado por Neri (1997) é que os níveis de renda e de escolaridade, boas condições de vida, boa saúde, uma suficiente rede de amigos, a manutenção de relações familiares, a atividade, dentre outros fatores, contribuem para o bem-estar subjetivo, para a motivação, e para o senso de auto-eficácia e, conseqüentemente, para o funcionamento global dos idosos.

Segundo este autor, se as sociedades enfatizassem o potencial humano para o desenvolvimento ao longo de todo o curso de vida, ao invés de realçar as transformações físicas e comportamentais que advêm com a idade, provavelmente os idosos poderiam ser mais produtivos. Se tiverem chance de ver confirmado seus sucessos, nos limites de suas potencialidades e se tiverem oportunidades educacionais, poderão desenvolver-se e, na interação com o ambiente físico e social, obter satisfação e senso de eficácia pessoal.

Outro ponto importante que devemos destacar em relação à velhice no Brasil é que a visão negativa da velhice deve-se em parte à associação entre envelhecimento e perdas, mas é necessário e importante ressaltar que convivemos com uma realidade multifacetada e a visão negativa do idoso vem dando lugar a uma imagem positiva veiculada na mídia, segundo estudos de Debert (1997).

Os avanços científicos e sociais contribuíram de forma efetiva para que tenhamos um maior número de brasileiros idosos hoje, que estão envelhecendo bem. Em função disto, as pessoas idosas estão conseguindo maior atenção. O fato de esta parcela da população ter

grande potencial consumidor, tem despertado o interesse de vários setores da indústria, do comércio e de serviços, que se esforçam em atraí-los, descobrir suas motivações e gerar novas necessidades para eles. Os movimentos sociais criados em torno do processo de envelhecimento e os programas educacionais e sociais voltados à terceira idade têm estimulado a organização dos idosos, como categoria social que demanda melhores serviços.

Debert (*ibidem*) contribui com seus estudos afirmando que os programas oferecem um espaço para que a reformulação de padrões tradicionais de envelhecimento possam ser uma experiência coletiva. Participar deles ativamente significa viver intensamente uma nova etapa da vida, um momento propício para a exploração de identidades e para o surgimento de novas formas de auto-expressão.

Segundo Novaes (1995, p.79), é preciso entender a velhice através da “pluralidade de inscrições socioculturais, o que faz com que a representação social do idoso se diferencie nos diversos contextos e esteja sujeita à interferência de preconceitos e estereótipos sociais”.

Segundo essa autora, a complexidade do mundo contemporâneo leva à necessidade de se preparar as pessoas para adotarem comportamentos compatíveis com as demandas sociais, desenvolvendo capacidades cognitivas, afetivas, criativas e de interação social.

Nesse sentido é importante desenvolver trabalhos que visem à educação para que as pessoas possam envelhecer utilizando ao máximo suas capacidades e que visem a desmistificar a velhice, desenvolvendo um sentido mais realista e atitudes positivas e que levem as pessoas a aceitarem melhor o envelhecimento, em vez de continuarem buscando fórmulas ilusórias de eterna juventude.

Não é fácil definir o que é ser velho, porque muitos fatores concorrem para determinar o processo de envelhecimento e a realidade da velhice. Cada sociedade determina com que idade as pessoas devem ser chamadas de velhas. A Organização Mundial de Saúde – OMS – define como marco inicial da velhice a idade de 60 anos em países em desenvolvimento e 65 anos em países desenvolvidos.⁶

⁶ Pesquisa realizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre crescimento da população idosa e publicado no site www.scielo/artigos. acesso em março de 2008

Erikson (1998) define a velhice como sendo o estágio da vida onde os indivíduos devem tentar um equilíbrio entre a busca de integridade do ego e o senso de desespero, e que deste conflito deve emergir sabedoria, uma virtude comumente associada aos idosos.

Para Alves (2002, p.76):

Esse processo altera a vida do indivíduo, as estruturas familiares e a sociedade. Por isso, não obstante os dois fatores responsáveis por ele terem sido resultados de políticas e incentivos promovidos pela sociedade e pelo Estado e do progresso tecnológico, as suas conseqüências têm sido, em geral, vistas com preocupação, por acarretarem pressões para a transferência de recursos à sociedade, colocando desafios para o Estado, os setores produtivos e as famílias. Por exemplo, em 1994, um documento do Banco Mundial afirmava que o aumento da expectativa de vida ao nascer e o declínio da fecundidade nos países em desenvolvimento estavam provocando a “crise da velhice”. Esta é traduzida por uma pressão nos sistemas de Previdência Social, a ponto de pôr em risco não somente a segurança econômica dos idosos, mas o próprio crescimento econômico. As próprias Ciências Sociais se sentem desafiadas no seu papel de buscar uma compreensão para essa transformação, bem como de fornecer instrumental para avaliar o seu impacto nas condições de vida e nas políticas públicas.

Desse modo, em defesa dos idosos, iniciou-se um forte movimento nas últimas décadas, na tentativa de uma reavaliação de seu papel frente à sociedade. A imagem estereotipada da velhice tende a ser substituída por uma representação mais positiva. Envelhecer assume o significado de um novo tempo no qual a libertação dos compromissos possibilita a vivência de outras experiências.

Alves (2002) confirma que esta A problemática social do idoso não representa mais uma questão social que diz respeito a eles próprios, pois o aumento gradativamente alto desse grupo e os efeitos do seu isolamento, são circunstâncias que afetam a sociedade brasileira e já mobilizam importantes setores na busca de caminhos que obstaculizam sua crescente marginalização.

Dessa maneira, Alves (2002) crescimento de idosos numa população é altamente significativo para a elaboração de uma política social. A velhice tem um custo social elevado

na medida em que determina a manutenção do salário-aposentadoria, pensões e outras formas de auxílios financeiros e de assistência social e à saúde, por tempo mais prolongado.

A política social de atenção à velhice tem e deve ser de manter o idoso fora do ambiente institucionalizado, desde que tenha condições para isso, desenvolvendo ações que resgatem o nível econômico dos idosos, como também o aumento significativo da remuneração dos que estão aposentados, no sentido de oferecer uma forma digna de vida ao idoso e aqueles que vão envelhecer.

Souza (2006, p.78) informa-nos que:

A sociedade se preocupa com o engajamento dos indivíduos nas atividades produtivas, porém não assumiu como sua responsabilidade a preparação para a inatividade. As sucessivas transformações sociais a que foram submetidas todas as sociedades, acabaram por conduzir os idosos, sobretudo os aposentados, a situações de absoluto desprestígio e isolamento. As conseqüências psicoemocionais desse isolamento são facilmente perceptíveis, fato diante do qual a sociedade se cala e se omite.

Barreto (2007) esclarece que o envelhecimento da população brasileira e maior longevidade dos idosos é, sem dúvida, um novo desafio que, também, nos aponta novas perspectivas de vida. Longe de ser frágil, a maioria das pessoas idosas mantém-se em boas condições físicas, realizam as tarefas do cotidiano e contribuem com suas famílias.

Os rendimentos de aposentadoria dos idosos elevam a renda familiar entre os mais pobres reduzindo os níveis de pobreza no país, especialmente neste período de altas taxas de desemprego e baixa atividade econômica. O idoso pode ser inserido na sociedade de maneira qualificada, assumir papéis relevantes e, porque não, reiniciar um novo ciclo de trabalho. Há um crescente reconhecimento de que o idoso deve ter condição de trabalhar enquanto desejar e os direitos da idade devem ser reconhecidos e recompensados. É importante que os idosos possam contribuir socialmente, também com o seu trabalho. Um trabalho, não obrigatório, mas de utilidade e sentido.

Barreto (2007) confirma que o envelhecimento tem aspectos particulares experimentados por cada indivíduo, como tem seus aspectos coletivos que imprimem características geracionais e oportunidades diferenciadas nos diversos grupos sociais. A capacidade de trabalho, assim como, as condições de saúde dos idosos são determinadas em grande parte em etapas anteriores da vida. Dessa maneira, as possibilidades de trabalho dos idosos das próximas décadas, já estão sendo construídas. Essa reflexão nos remete à necessidade de garantir melhores condições de saúde, educação e melhores oportunidades e condições de trabalho aos jovens e adultos de hoje.

Por outro lado, a globalização⁷ e as modificações da estrutura produtiva tornaram o trabalho precário e escasso, privando um grande contingente de pessoas, particularmente os jovens, do trabalho. O que resulta no crescimento das incertezas, da pobreza e aprofundamento das desigualdades sociais, refletindo na forma de adoecer e morrer dos diferentes grupos da população.

Lembramos que a Constituição Federal (CF)⁸ preconiza a cidadania e a dignidade da pessoa humana como princípios fundamentais do nosso Estado, apresentando diretrizes a serem observadas na atuação do poder público e toda sociedade civil. Em relação às pessoas da Terceira Idade, a Carta Magna consagra ainda, como desdobramento natural do princípio da solidariedade, o dever da família e sociedade de amparo às pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar, garantindo-lhes o direito à vida. (art.230 Constituição Federal).⁹

Portanto, ações eficazes e oportunas devem ser adotadas para que essa faixa etária cresça não só em termos quantitativos, mas também com a melhor qualidade de vida possível. Para que isto se torne realidade, é preciso que a sociedade como um todo participe desse propósito, diagnostica o relatório, sugerindo que campanhas de conscientização da família e

⁷ Segundo Neri (2008) O conceito de globalização começou a ser empregado desde meados da década de 1980, em substituição a conceitos como internacionalização e transnacionalização. É o conjunto de transformações na ordem política e econômica mundial que vem acontecendo nas últimas décadas. O ponto de mudanças é a integração dos mercados numa “aldeia-global”, explorada pelas grandes corporações internacionais. Os Estados abandonam gradativamente as barreiras tarifárias para proteger sua produção da concorrência dos produtos estrangeiros e abrem-se ao comércio e ao capital internacional.

⁸ Título I dos Princípios Fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

⁹ A Constituição Federal Brasileira de 1988 ensina em seu artigo 230 que a família, sociedade e Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas.

da sociedade são vitais para a mudança de mentalidade no tratamento da questão do envelhecimento.

Após essas primeiras considerações sobre o envelhecimento da população, o próximo capítulo mostrará como o envelhecimento pode ser acompanhado por projetos que garantam a qualidade de vida da população idosa, propiciando bem estar, diversão e saúde.

2 ENVELHECIMENTO COM QUALIDADE DE VIDA

Este capítulo tem como objetivo mostrar que a velhice pode e deve vir acompanhada de qualidade de vida. A qualidade de vida do ser humano é indicada por fatores como condição financeira, moradia, educação, lazer, etc.

A qualidade de vida na terceira idade é hoje muito discutida entre os estudiosos do assunto, pois segundo Neri (2000, p.33):

Na medida em que existe uma nova sensibilidade para a velhice, derivada do envelhecimento da população, da presença de maior número de idosos ativos e saudáveis na sociedade e da divulgação constante de informações sobre a importância de um estilo de vida saudável e da busca por recursos médicos e sociais que melhorem e prolonguem a vida, no entanto, muitos idosos brasileiros ainda convivem em condições precárias.

Este mesmo autor argumenta que o processo de envelhecimento engloba muito mais do que mudanças físicas no corpo, aspectos emocionais, cognitivos e sociais.

A qualidade de vida na velhice está relacionada a vários critérios de natureza social, biológica, cultural e psicológica, como apontados por Neri (2000, p.45):

Longevidade, saúde biológica, saúde mental, satisfação, controle cognitivo, competência social, produtividade, atividade, eficácia cognitiva, status social, renda, continuidade de papéis familiares e ocupacionais e continuidade de relações informais em grupos primários.

Portanto, cada um dos indicadores apontados por Neri (ibidem) tem um determinado grau de importância para cada pessoa que está vivenciando a velhice, ou seja, podem estar associados a diferentes graus de satisfação, em virtude de diferentes vivências, emoções, valores e histórias de vida, pois uma velhice bem-sucedida ou uma velhice normal

dependem não só de indivíduos, mas também das relações entre pessoas em desenvolvimento com a sociedade em que vivem e da qual fazem parte.

Para que a velhice seja vivenciada satisfatoriamente, um conjunto de fatores é necessário: satisfação das necessidades físicas, sociais e psicológicas do indivíduo. Maslow (2008)¹⁰ em seus estudos desenvolveu a Teoria de que as pessoas só estariam plenamente satisfeitas à medida que os aspectos básicos que formam a qualidade de vida fossem preenchidos.

Para explicar sua Teoria, Maslow (2008) desenvolveu a Pirâmide das Necessidades, agrupando as necessidades humanas em 5 níveis:

Necessidades fisiológicas: Estas são as necessidades mais básicas, mais físicas (água, comida, ar, sexo, etc.). Quando não temos estas necessidades satisfeitas ficamos mal, com desconforto, irritação, medo, doentes. Estes sentimentos e emoções nos conduzem à ação na tentativa de diminuí-las ou aliviá-las rapidamente para estabelecer o nosso equilíbrio interno. Uma vez satisfeitas estas necessidades nós abandonamos estas preocupações e passamos a nos preocupar com outras coisas. **Necessidades de segurança:** No mundo conturbado em que vivemos procuramos fugir dos perigos, buscamos por abrigo, segurança, proteção, estabilidade e continuidade. A busca da religião, de uma crença deve ser colocada neste nível da hierarquia. **Necessidades sociais:** O ser humano precisa amar e pertencer. O ser humano tem a necessidade de ser amado, querido por outros, de ser aceito por outros. Nós queremos nos sentir necessário a outras pessoas ou grupos de pessoas. Esse agrupamento de pessoas pode ser a antiga tribo, ou a tribo (grupo) atual, no seu local de trabalho, na sua igreja, na sua família, no seu clube ou na sua torcida. Todos estes agrupamentos fazem com que tenhamos a sensação de pertencer a um grupo, ou a uma "tribo". Política, religião e torcida são as tribos modernas. **Necessidades de "status" ou de estima:** O ser humano busca ser competente, alcançar objetivos, obter aprovação e ganhar reconhecimento. Há dois tipos de estima: a auto-estima e a hetero-estima. A auto-estima é derivada da proficiência e competência em ser a pessoa que se é, é gostar de si, é acreditar em si e dar valor a si próprio. Já a hetero-estima é o reconhecimento e a atenção que se recebe das outras pessoas. **Necessidade de auto-realização:** O ser humano busca a sua realização como pessoa, a demonstração prática da realização permitida e alavancada pelo seu potencial único. O ser humano pode buscar conhecimento, experiências estéticas e metafísicas, ou mesmo a busca de Deus.

¹⁰ Maslow construiu uma teoria na qual as necessidades humanas podem ser hierarquizadas, mostrando inclusive, com essa hierarquia, no que somos diferentes dos animais, que não teriam uma hierarquia com tantos níveis como nós, os humanos.

Podemos ainda afirmar dentro da Teoria de Maslow (2008) que as necessidades fisiológicas, as necessidades de segurança e algumas das necessidades sociais são fatores de desmotivação. A Teoria de Maslow diz que a satisfação destas necessidades é básica; já a ausência da satisfação destas necessidades não motiva ninguém, pelo contrário, desmotiva.

As necessidades sociais, as necessidades de estima e as necessidades de auto-realização são fortes fatores motivacionais, ou seja, na ausência dessas necessidades satisfeitas as pessoas batalham para tê-las satisfeitas, motivando as pessoas a alcançar a satisfação destas necessidades.

A Teoria de Maslow pode ser aplicada às dimensões fatoriais descritas por Neri (2000), ao explicar o bem-estar produzido pela qualidade de vida na velhice. Neri (idem) apresentou seis dimensões fatoriais ao explicar a importância da qualidade de vida para o idoso:

Relações Positivas: Manter relações de satisfação, de confiança e de afetividade com outras pessoas é importante para a socialização do idoso, ensina Neri (ibidem); Autonomia: O idoso sente necessidade de ter certa autonomia para se sentir auto-suficiente e capaz; Propósito de Vida: Ter objetivos na vida e senso de direção, administrando o passado e o presente, com metas significativas à vida; Domínio do Ambiente: Ser capaz de administrar atividades complexas da vida, nos âmbitos profissional, familiar e pessoal; Crescimento Pessoal: Ser capaz de manter continuamente o próprio processo de desenvolvimento, estar aberto às novas experiências, tendência à auto-realização, ao aperfeiçoamento e à realização das próprias potencialidades; Aceitação Pessoal: Ser capaz de aceitação de si e dos outros, com uma atitude positiva de si mesmo e dos acontecimentos anteriores.

Segundo Neri (idem) o alcance dessas condições de bem-estar psicológico do indivíduo depende das oportunidades que teve ao longo da vida e de condições adequadas para sobrevivência, funcionamento e desenvolvimento, como a saúde física e mental, moradia, educação, lazer e trabalho.

As experiências vividas pelo indivíduo no contexto social, profissional e emocional influenciam o bem-estar. A partir da interação entre as oportunidades, as condições vividas pelo indivíduo e a maneira pessoal como cada um organiza seu conhecimento e

responde às necessidades pessoais e sociais e às demandas ambientais, é construindo o senso de bem-estar psicológico, ensinou Neri (ibidem).

Erikson (2003) em seus estudos afirmou que a idade é uma variável importante, porque se torna uma referência para compreender as possíveis alterações físicas, sociais e psicológicas que acontecem ao longo do desenvolvimento humano.

Erikson (idem) também afirmou que a incapacidade para o desempenho de atividades instrumentais de vida diária não significa necessariamente impedimento para a continuidade do funcionamento cognitivo e emocional. Além disso, os idosos são capazes de ativar mecanismos de compensação para enfrentar perdas em funcionalidade, quer lançando mão de recursos tecnológicos e de apoios sociais e psicológicos quer valendo-se do controle exercido sobre comportamento de outras pessoas.

Quando os idosos gozam de independência e autonomia, eles próprios podem providenciar arranjos para que seu ambiente torne-se mais seguro, variado e interessante. Se os idosos já não dispõem de possibilidades de manejo do próprio ambiente físico, é necessário que os membros da família ou das instituições por eles frequentadas cuidem desses aspectos.

Em qualquer parte do mundo onde viva uma pessoa, o processo de envelhecimento tende a trazer desafios. A maioria das pessoas deseja continuar independentes ao envelhecerem e contribuir junto às suas famílias e comunidades.

A condição de vida na terceira idade excede os limites da responsabilidade pessoal. São vários desafios enfrentados pela sociedade contemporânea, a crise econômica, o aumento da expectativa de vida, a estrutura de serviços sociais, a previdência, o declínio do cuidado tradicional da família, a falta de reorientação apropriada voltada para o envelhecimento com melhor qualidade de vida.

2.1A Importância do lazer na qualidade de vida dos idosos

O lazer, ao longo dos anos, tem sido considerado o tempo livre do homem. São momentos em que as pessoas podem desfrutar prazeres, tranquilidade e até descanso.

Portanto, o lazer deve ser um momento, onde o indivíduo se empenha em algo que escolhe, que lhe dá prazer e que o modifica como pessoa.

Os prazeres podem ser encontrados nas atividades lúdicas através do lazer. E, dentro deste quadro, encontramos os jogos, os brinquedos e as brincadeiras. Daí, a importância destes no cotidiano das pessoas.

De acordo com Marcelino (2001), o lazer é um conjunto de ocupações de bom grado que o indivíduo usa para repousar, para divertir-se, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação voluntária ou sua livre capacidade criadora, quando livre das obrigações profissionais, familiares ou social, sendo, portanto, uma atividade de livre escolha, liberatória, desinteressada, sem fins lucrativos. Carvalho (2002, p. 56) “entende o lazer como uma ocupação não obrigatória, de livre escolha do indivíduo que a vive, e cujos valores propiciam condições de recuperação psicossomática e de desenvolvimentos pessoal e social.”

Portanto, está clara a importância e a presença do lazer na vida dos homens, tanto quanto a sua família e o seu trabalho. O lazer, além de contribuir para um melhor estado de espírito dos cidadãos, pode amenizar os efeitos decorrentes do processo de envelhecimento.

Carvalho (idem) salienta a necessidade de que, na terceira idade, se deve manter interesses ocupacionais e aumentar as atividades recreativas, ocupando totalmente o tempo e tornando estes anos tardios da vida, satisfatórios e produtivos.

Este mesmo autor ensinou que fazendo um inventário das atividades de lazer praticadas pelas pessoas, observou que elas recobrem o conjunto das atividades culturais e de lazer, classificadas em cinco grandes categorias, estabelecidas segundo os critérios de necessidades de realização do corpo e do espírito dos indivíduos, que seriam: físicos, manuais, artísticos, intelectuais e sociais.

Um estudo realizado por Salgado (1982) mostrou que apesar do declínio de capacidade, os idosos, em sua maioria, demonstram alto grau de interesse pelas artes, ciências, filosofia, religião, direito e política. Suas metas são restritas, embora haja os que se

atualizam por meio da leitura, noticiários de televisão ou qualquer outro meio pelo qual possam acompanhar os acontecimentos do cotidiano.

Entretanto, é fácil deduzir a precariedade das ofertas de lazer para os idosos, quando essas já não são suficientes para o atendimento das populações jovens, que por natureza se mostram prioritárias para o consumo e provocam certa pressão no poder público. Salgado (idem) observou que em grande parte das regiões brasileiras há uma insipiente participação dos idosos em programações comunitárias de lazer.

Este mesmo autor mostrou que as dificuldades financeiras dos idosos, as condições precárias de saúde e perda gradual do hábito de lazer externo são alguns dos impedimentos para a prática do lazer.

Sugerem-se, a partir dos estudos deste capítulo, novos estudos que possam ampliar as reflexões sobre o universo do lazer, focalizando-se, especialmente, a população idosa, para que se possa contribuir para a minimização dos aspectos discriminatórios, bem como, assegurar novas perspectivas de compreensão sobre esta fase do desenvolvimento humano.

O próximo capítulo desta monografia mostrará como as políticas públicas brasileiras voltadas para terceira idade são importantes na consolidação de ações que visem à qualidade de vida dos idosos.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA TERCEIRA IDADE

Este capítulo contemplará as políticas públicas brasileira para a terceira idade. Trata-se de um estudo analítico que contemplará conceitos como cidadania, lazer e qualidade de vida para o idoso.

Ainda que as estatísticas brasileiras indiquem um acentuado aumento na qualidade de vida do idoso no Brasil, é preciso ressaltar que muitos problemas ainda persistem em relação ao tratamento dispensado pelo idoso em nosso país.

Os capítulos anteriores desta monografia mostraram as características e conquistas dos idosos nos últimos anos. O capítulo três faz alusão à terceira idade não apenas como o desenvolvimento biológico e cronológico, mas também à importância do desenvolvimento de projetos político-sociais visando à qualidade de vida dos idosos.

Para Oliveira (2008)¹¹ o interesse pelo envelhecimento humano levou muitos pesquisadores a se interessar e investir no assunto, ocasionando múltiplas opiniões e avaliações sobre essa fase da vida, que podem ser agrupadas em dois segmentos: objetivas e subjetivas. As objetivas irão se referir às mudanças físicas, sociais e econômicas; as subjetivas tratarão de sentimentos, entendimentos, ganhos, perdas e aspirações.

A mesma autora citada acima mostrou em sua pesquisa que as mudanças físicas focalizam as transformações do corpo e também do seu espaço físico de atuação, as sociais se reportam à aposentadoria, a diminuição de papéis sociais e as econômicas, versam sobre a redução da possibilidade de aquisições.

As mudanças subjetivas valorizam os sentimentos deste ser que vive mudanças não desejadas e que, por vezes, não entende o que está acontecendo de maneira tão rápida no seu modo de perceber o mundo, e que, por vezes, o balanço entre ganhos e perdas acaba por sufocar suas aspirações.

¹¹ Letizia Mota Oliveira defendeu sua tese de doutorado sobre Psicologia do Idoso e do Envelhecimento na PUC-SP e teve sua monografia publicada no site www2.dbd.puc-sp/pergamum.

Em processo gradual, ao nascer, os espaços familiares, educacionais e sociais se expandem, por um período de formação de habilidades e conquista de espaços (pessoal, profissional, social, etc).

Depois desse período de nascimento e desenvolvimento, ou seja, passagem para a vida adulta, esses espaços se solidificam com o desenvolvimento máximo de potencial; é um momento de consolidação de conquistas tanto na área pessoal, profissional e social quanto existencial. Em um determinado momento, essa situação começa a reverter-se no processo de amadurecimento/envelhecimento.

Oliveira (2008) mostra que os meios de que dispõe (vigor físico, velocidade de raciocínio, etc.) o idoso começa a evoluir, acarretando medo, insegurança, e junto a isso, surgem barreiras (maior dificuldade de locomoção, diminuição auditiva, etc.) percebidas como insuperáveis. Nesse momento também se modificam as expectativas sociais e pessoais, culminando em confusão existencial, oportunizando desajustes.

Não há como esquecer que a pessoa que hoje se encontra na terceira idade, um dia foi criança e jovem, e nesse período adquiriu de sua cultura, de seu meio ambiente, os valores e significados sobre a velhice – cristalizando um conceito de envelhecimento. Hoje, ao chegar nesta etapa, carrega consigo antigas avaliações que afetarão a sua visão de envelhecimento, e, com elas, irá construir o seu futuro, argumenta Oliveira (*idem*).

Portanto, o stress e o ritmo de vida moderno oportunizam o distanciamento da pessoa de si mesma, da leveza das brincadeiras, da convivência social saudável, de situações que possibilitem o refinamento da sensibilidade, como a música e a poesia, de reflexões espirituais e do desenvolvimento de um espaço interior de quietude e paz, acabando por fazer das pessoas, seres alienados existenciais, argumenta mais uma vez Oliveira (*ibidem*).

Para Oliveira (2008, p.62):

Esse quadro possibilita a fragilização psicológica das pessoas, predispondo-as ao desenvolvimento de doenças psicossomáticas e psicopatologias de variadas faces, principalmente durante a terceira idade, onde os espaços profissionais se fecham e os sociais e familiares diminuem gradualmente, à medida que os anos vão passando.

O amadurecimento consciente é saudável e traz consigo a grande oportunidade de rever e redirecionar valores e projetos de vida. Essa revisão implica no investir em autoconhecimento, exercitar desapegos, transcender — ir além de si mesmo, percebendo-se como um ser de relações com o mundo onde se insere, tendo a possibilidade de construir o seu modo de estar no mundo.

Para Oliveira (2008) os problemas existenciais do ser humano, idoso ou não, exigem respostas, e as respostas por nós dadas, nos impõem novos questionamentos na roda da vida, construindo o processo no qual se constrói ou destrói a saúde e o vigor. Esta autora também confirma que para a maior parte dos brasileiros, envelhecer é uma situação desconfortável e constrangedora, sinônima de uma realidade sócio-política-econômica que implica em isolamento, empobrecimento e rejeição.

Aliado a isso, as crenças, os interesses pessoais e as experiências de vida anteriores a esse período, afetarão a auto-percepção sobre a realidade. Unindo essas duas vertentes de avaliações, chega-se à conclusão de que cada pessoa construirá sua visão singular sobre a velhice. E se essa visão é construída pelo próprio sujeito que sofre as ações e percepções externas, ela poderá orientar-se tanto para a saúde como para a doença.

Sensibilizar a pessoa na terceira idade, para que desenvolva ações altruístas é uma das funções que deve preocupar os gestores na atualidade.

Segundo Lima (2001, p.12):

Muitos são os mitos que se formaram em torno da velhice. Teme-se aquilo que se desconhece. A visão tradicional do idoso como alguém inútil, isolado, em declínio biológico e mental, marcado por um tempo linear, com problemas de saúde, e na maioria das vezes, dependendo física e economicamente de alguém, ainda prevalece.

A partir da leitura realizada até aqui, é possível dizer que hoje, a terceira idade é constituído por um grupo muito diversificado devido a história de vida de cada um, suas experiências ao longo do tempo e da influência no local geográfico onde mora, condições sociais e culturais.

Dessa maneira, não é difícil chegar à conclusão de que o envolvimento dos idosos na construção do futuro é fundamental porque por um lado são testemunho de um passado e por outro lado, tem o que dizer pela experiência e sabedoria adquirida ao longo de suas vidas.

Deve-se então pensar que no futuro não muito distante o lidar com atitudes e significados frente aos idosos e a velhice deva ser uma questão prioritária, procurando assim ajudá-los a construir uma realidade encarando seus problemas e oferecendo reais oportunidades de realização pessoal, social e profissional.

Segundo Novaes (1995) para sensibilizar a pessoa na terceira idade, o primeiro passo é:

Utilizar seu potencial criativo e sua capacidade de percepção e Pensamento; Despertar sua curiosidade para o mundo: a atualidade; Abrir a mente para o novo e o original; Procurar inovar o estilo de vida; Superar estados depressivos e sentimentos negativos; Prestar serviços a comunidade em que vive; Aperfeiçoar conhecimento através de cursos; Envolver-se em atividades desportivas, culturais e de lazer; Participar de movimentos sociais e assistenciais; Continuar sempre a criar e a imaginar.

Nesse sentido, Santos (2007) também corrobora com Novaes ao afirmar que o idoso, salvo em condições especiais, não perde sua capacidade de aprender e continuar se educando, bem como, não perde sua condição básica de ser político, pois neste mesmo contexto aparentemente fragilizado onde o ser humano aparece enfraquecido, desrespeitado em seus direitos individuais, sociais e políticos, é que sempre renasce, dialeticamente, a luta inconforme contra esta realidade que tenta ser lógica e coerente, de uma ânsia de consciência crítica, de capacitação, de organização participativa e crítica para melhorar as incipientes conquistas sociais e de tornar plena, mesmo que efêmera, a possibilidade do exercício da cidadania em um mundo possível, conforme ensinou Santos (idem).

Nesse sentido, vale lembrar nesta monografia o conceito de cidadania e o quanto ela é importante na formação do cidadão pleno em qualquer idade.

3.1 Cidadania e a Terceira Idade

Falar em cidadania hoje, no Brasil, é quase repetir o lugar comum desgastado, tanto no interior da academia quanto no discurso político. As plataformas de grande parte dos partidos políticos, de todas as chapas de órgãos representativos de classe, os programas de entidades públicas e privadas citam o resgate da cidadania como meta. A cidadania passou a ser uma palavra mágica, a solução de todos os problemas e, em assim sendo, seu significado se esvazia, precisando, por isso, circunscrevê-lo e re-significá-lo.

Nesta parte da monografia será descrito o conceito de cidadania proposto por Marshall¹² e desenvolvido em 1949.

Todos os estudiosos da cidadania convergem num ponto: ela só existe como exercício, como ação de seus atores. É nesse sentido que será analisado o seu quadro teórico e, a seguir, as políticas sociais voltadas para os idosos.

No Brasil o debate sobre a questão da cidadania, antes restrito aos centros acadêmicos, transborda, nos últimos anos, para a sociedade não só como apropriação do conhecimento, mas, principalmente, como possibilidade de exercício na prática social cotidiana. Entretanto, o tema da cidadania no Brasil contemporâneo é delicado e difícil de ser explicado devido às várias concepções nas quais o termo cidadania é retratado.

Enquanto para determinadas Sociedades o conceito de Cidadania ganha expressão na plenitude dos direitos humanos desenvolvidos e postos ao serviço do bem comum, para outras, sofre o conceito constringências individuais impostas por uma concepção social ou histórica. O ordenamento brasileiro tem como fonte jurídica da cidadania a Constituição Federativa de 1988.

¹² A análise de Marshall parte de três derivações particulares do conceito de cidadania, quais sejam, os elementos civil, político e social. O direito civil está relacionado ao exercício da liberdade individual e suas derivações, como a liberdade de ir e vir, de imprensa, pensamento e fé, bem como o direito à propriedade e à justiça. O direito político, por sua vez, remete à possibilidade de participar no exercício do poder político, seja como membro eleito de um dos organismos integrantes do Estado ou como seu eleitor. Tem como instituições correspondentes, seguindo esta lógica, o parlamento e os conselhos do governo local. O elemento social, por fim, refere-se “a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade.

O conceito de cidadania, enquanto direito a ter direitos, foi abordado de variadas perspectivas. Entre elas, tomou-se clássica, como referência, a concepção de Marshall, que, em 1949, propôs a primeira teoria sociológica de cidadania ao desenvolver os direitos e obrigações inerentes à condição de cidadão. Centrado na realidade britânica da época, em especial no conflito frontal entre capitalismo e igualdade, Marshall estabeleceu uma tipologia dos direitos de cidadania. Seriam os direitos civis, conquistados no século XVIII, os direitos políticos, alcançados no século XIX - ambos chamados direitos de primeira geração - e os direitos sociais, conquistados no século XX chamados direitos de segunda geração, como ensinado por Vieira (1997).¹³

Posteriormente, autores diversos analisaram suas realidades nacionais valendo-se desta concepção, à qual acrescentaram nuances teóricas, como se vê: em Reinhard Bendix (1964), que enfocou a ampliação da cidadania às classes trabalhadoras, por meio dos direitos de associação, educação e voto, bem como em Turner (1986), que, voltando sua atenção para a teoria do conflito, considera os movimentos sociais como força dinâmica necessária ao desenvolvimento dos direitos de cidadania.

Para as teorias durkheimianas¹⁴, a cidadania não se restringe àquela sancionada por lei e tem na virtude cívica outro aspecto capital. Em decorrência desta concepção, abre-se espaço para que, na esfera pública, grupos voluntários, privados e sem fins lucrativos, formem a assim denominada sociedade civil.

Para Turner (idem) as teorias marxistas, por sua vez, enfatizam a reconstituição da sociedade civil - idéia primeiramente ventilada por Hegel, retomada por Marx e significativamente revisitada por Gramsci em 1920. Na realidade, pode-se afirmar que Gramsci opera uma mudança paradigmática com sua visão tripartite Estado-mercado-sociedade civil, uma vez que, para Marx e Hegel, a noção de sociedade civil abrangia todas as organizações e atividades fora do Estado.

¹³ Guilherme Vieira escreveu uma resenha do livro "Cidadania e Classe Social" explicando o conceito de cidadania a partir de Marshall publicada no site www.casaro.es/google/pages.com/resenha/marshall em 1997.

¹⁴ Ver publicação de artigo disponível em: <http://www.scielo.org/artigos.br.html> Acesso em 15 ago. 2008.

Segundo Turner (1986, p.209):

A cidadania concerne desse modo, à relação entre Estado e cidadão, especialmente no tocante a direitos e obrigações. Teorias acerca da sociedade civil, preocupadas com as instituições mediadoras entre o cidadão e o Estado, adicionam à compreensão dessa relação uma gama mais variada de possibilidades. É importante observar, contudo, que assim como a cidadania, a noção de sociedade civil nunca foi uma idéia central nas ciências sociais.

Este mesmo autor informa que foram principalmente as construções teóricas de Habermas e de Cohen e Arato¹⁵ proporcionando a interação de quatro esferas da sociedade: a esfera privada, a do mercado, a pública e a estatal que permitiram a conexão entre os conceitos de sociedade civil e cidadania.

Sem dúvida, o homem vive em uma realidade altamente perversa, onde o saber se degrada à medida que a tecnologia avança, criando novas possibilidades de conhecimento às quais os idosos não têm mais acesso e nem condições para acompanhar, segundo Turner (ibidem).

Conclui-se, sem muito esforço que a nossa sociedade é excludente e autoritária, em que a modernidade fez do homem e, principalmente, do idoso, uma peça descartável no próprio sistema produtivo, impossibilitando-o de desfrutar daquilo que produziu.

Essa marginalização do idoso decorrente de ideologias, de preconceitos internalizados e expressos em nossa sociedade e do conjunto de fatores sociais e econômicos produzem sentimentos de revolta e impotência, relegando os idosos a um plano secundário na família e na sociedade.

O aumento da expectativa de vida, por outro lado, possibilita ao idoso viver mais anos e com melhor qualidade. No entanto, estão sujeitos às dificuldades de adaptação às condições de vida atuais, acrescidas das dificuldades físicas, psíquicas, culturais e sociais decorrentes do envelhecimento.

¹⁵ Ver artigo de Tuner disponível em: <<http://www.scielo./artigos.br.html>> Acesso em 15 ago. 2008.

Alves (2000) acredita que a organização social e política da população, em movimentos que reivindicam inclusão social, são oportunos e imprescindíveis, pois constituem-se no único meio para se resgatar os direitos e a dignidade de todos os segmentos excluídos da sociedade. Portanto, todas as ações destinadas aos idosos devem ter o mesmo direcionamento.

A cidadania não se instala, ela é construída em cada grupo, cada movimento e em cada ação e atitudes individuais, e ela só é possível, quando todos tiverem direitos e deveres iguais e em iguais condições, ressalta Freire (1996).

No entanto, se, por um lado, a contemporaneidade proporcionou inovações e transformações significativas, ela produziu um mundo massificado, globalizado e, por isso, despersonalizado. Observa-se que nunca houve tanta solidão, não só entre os idosos, tantas doenças produzidas pela falta de afeto, de contato humano fraterno e de solidariedade.

Para Alves (2000, p.45) “a reivindicação de direitos sociais conquanto válida, não preenche aquele vazio, não resgata a identidade pessoal e cultural que é necessária para que se construa o ser”. Pois ser feliz, amar, ser amado, apaixonar-se por alguma causa, compreender, ser compreendido são direitos inalienáveis do ser humano.

Na maioria das vezes, os grupos de convivência e de organização social de idosos são procurados para suprir a solidão em que vivem. Conseguem o intento momentaneamente. Quando retomam para suas casas, tudo volta a ser como antes.

Alves (2000), pesquisando a vida dos idosos na atualidade, mostrou que os grupos sociais (trabalho, lazer) devem ser capazes de estimular os idosos ao autoconhecimento, trabalhando com a sabedoria e a sensibilidade de cada um a fim de que possam se questionar sobre si mesmos, para auto construírem-se conscientemente. Paralelamente é necessário fazer com que os idosos percebam, aceitem e aprendam a conviver com seus limites, reciclem seus hábitos para criarem novos projetos para suas vidas.

Segundo Silva (idem) conquistam-se direitos através de inúmeras maneiras, mas a sabedoria que confere credibilidade e seriedade, fazendo com que os idosos mostrem, através de suas atitudes cotidianas, na sua convivência familiar e social, a sua compreensão da

vida — eles precisam refletir sobre suas vidas e extrair de suas experiências o combustível capaz de direcionar as ações, os novos projetos de vida, no sentido de satisfazer as suas necessidades e com os quais possam melhorar sua qualidade de vida.

Para Silva (2000, p.77):

È importante ressignificar o que cada tropeço, cada dificuldade, cada ruga, cada cabelo branco e cada sentimento recorrente trouxeram de experiência, de conhecimento e que pode ser exercitado em cada uma de suas relações. Quanto mais o idoso depender de outros para solucionar problemas existenciais, mais tem que arcar com as circunstâncias e conseqüências dessa dependência. Também a autonomia é conquistada com sabedoria, assim, a velhice não pode ser vista como término, mas como um recomeçar com características e valores próprios. E uma nova forma de olhar o mundo.

Portanto, a prática política e social reivindicatória se tornara mais rica quando o idoso, consciente de seu potencial, dessa sabedoria, se respeitar e se fizer respeitar não pelo poder, pelo autoritarismo, ou sujeito só de direitos, mas pelo reconhecimento do seu valor intrínseco, como ser humano pleno.

Como já referido por Alves (2000), só o exemplo dos idosos e o das pessoas num sentido geral, serão capazes de mostrar às novas gerações que os verdadeiros valores são os decorrentes da afetividade bem direcionada e da sabedoria, resgatando a solidariedade e o respeito àqueles que construíram o mundo.

3.2 Políticas Públicas que Garantem o Lazer e Qualidade de Vida ao Idoso

As políticas públicas desempenham um papel essencial na sociedade atual. Para Werneck (2003, p.12) uma política pública pode ser definida como um “conjunto de ações exclusivas do Estado dirigidas a atender às necessidades de toda sociedade a fim do bem comum.”

Estas políticas trazem em si linhas de ação que buscam satisfazer o interesse público. É função delas articular as ações da iniciativa privada e a comunidade, informar,

fomentar pesquisas e, de um modo geral, atender aos anseios da sociedade, cuidando assim da população de determinado local.

Em relação ao lazer e qualidade de vida do idoso, a principal função que as políticas públicas assumem é democratizar a prática da atividade de turismo, permitindo assim que o maior número possível de pessoas possam viajar. Além disso, é seu papel também controlar a qualidade dos bens e serviços oferecidos, prover a utilização sustentável dos atrativos turísticos naturais e culturais, incentivar o estabelecimento de parcerias entre os empresários turísticos e outros comerciantes locais, ampliar as possibilidades de capacitação dos atores envolvidos; intervir na realização de obras de infra-estrutura que contribuam para o turismo.

Werneck (2003) informa que uma das principais dificuldades encontradas frente ao desenvolvimento de projetos em prol do lazer e do turismo ao idoso é o imediatismo político com o qual lidamos nos dias atuais. Muitos dos investimentos feitos nestas áreas são de médio e longo prazo, e isso se confronta diretamente com as idéias dos políticos que querem mostrar, de maneira tangível, os projetos que possuem para obter maior projeção eleitoral. Há ainda um grande distanciamento entre as políticas federais e estaduais, o que resulta em iniciativas desencontradas e gastos desnecessários de recursos.

Dessa maneira, vários fatores contribuem para o fato de existirem tantas idéias que não se concretizam, seja por falta de vontade, oportunidade ou de verba disponível para esse fim, contudo não nos cabe, aqui, indicar quais são os fatores que atravancam esse desenvolvimento, mas sim salientar a importância da existência destas políticas para a promoção de um envelhecimento saudável.

Proporcionar ao público de terceira idade uma vivência efetiva do lazer, e da prática turística como uma das muitas possibilidades do lazer, são responsabilidades públicas que atualmente ainda não possuem a devida notoriedade frente às autoridades.

Apesar da Constituição Federal do Brasil conceder o lazer no Brasil como direito social e nos artigos 6º e 217 parágrafos 3º “O Poder Público incentivará o lazer como forma de promoção social”, o que se percebe na atualidade é um grande descaso e falta de iniciativa desta esfera no que tange as políticas de lazer e turismo seja para as crianças, jovens, adultos mas, principalmente, no que tange a terceira idade. O lazer é ainda um direito social, presente na Declaração Universal dos Direitos Humanos e também no estatuto do idoso. O idoso, segundo Barreto (1997, p.34) “tem direito a um lazer que o constitua, as atividades que o enriqueçam e que oportunizem a organização da experiência cultural de seu tempo” Daí a importância destas políticas, pois segundo Silva (1999, p.21):

Para resgatar a dignidade do idoso, reduzir os problemas de solidão, quebrar os preconceitos e estereótipos que os indivíduos tendem a internalizar. Trata-se de valorizar o cidadão de mais idade, criando espaços para o lazer, mas também para o “treinamento do exercício da cidadania”.

O lazer e o turismo revelam-se então como importantes agentes para os idosos ao possibilitar que estes obtenham uma maior convivência social e até mesmo ao reabilitar aqueles que já passaram por um período difícil de isolamento e/ou problemas psicológicos.

Conforme afirma Viana (1999, p.81) “O lazer enquanto vivência lúdica, é capaz de provocar alterações de valores pessoais e sociais. Só através da satisfação pessoal é possível vivenciar experiências que se opõem à imobilidade e valorizam a identidade”.

O turismo é uma excelente forma de socialização e de formação de vínculos pessoais, dois fatores de grande importância nessa fase da vida. As atividades de lazer e o turismo proporcionam a reinclusão do idoso, melhoraram seu desenvolvimento intelectual, fortalecem suas habilidades físicas e mantêm sua independência. Elas podem ainda lhes proporcionar a redescoberta da motivação e novas propostas de vida, aumentando assim sua satisfação em viver.

O lazer assume nos dias atuais um caráter essencial frente à busca pela melhoria na qualidade de vida. Alves (1973, p.45):

Define o lazer como sendo “um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Apesar das perdas que sofrem devido à idade avançada, os idosos mantêm as mesmas necessidades psicológicas e sociais que possuíam nas outras fases da vida e, por isso, reconhecem e valorizam o lazer.

Mesmo com todas as dificuldades com que se deparam no dia-a-dia, eles não abrem mão de vivenciar o lazer, pois este se consiste em um tempo privilegiado para a obtenção de bem-estar em qualquer que seja a idade. Através do lazer, os idosos podem se manter mais saudáveis física, psicológica e socialmente, como afirmou Gomes (2003). O lazer, segundo este autor, pode ser vivido sob várias formas, ele compreende “a vivência de inúmeras práticas culturais, como o jogo, a brincadeira, a festa, o passeio, a viagem, o esporte e também as formas de arte dentre várias outras possibilidades”.

Um dado importante destacado por Gomes (2003, p.125) “é que a atividade turística, principalmente em relação ao lazer é vista geralmente pelo seu caráter econômico, esquece-se, porém que ela possui uma importante função sociocultural”. O turismo não pode ser visto apenas como uma procura por prazer ou fuga da realidade. Sua prática estimula novos olhares, novas perspectivas, novos valores e compreensão nas relações com o outro.

Dentro desta perspectiva, de lazer e turismo enquanto propiciadores de desenvolvimento humano, o que se percebe atualmente é a importância da criação de políticas públicas em prol da democratização destas atividades.

As políticas públicas referentes ao lazer e ao turismo para a terceira idade são essenciais para que se tenham melhorias nas condições de vida durante a velhice. Elas se constituem em uma questão de justiça, civismo e direito dos idosos.

Para que novas políticas sejam criadas torna-se necessário que a sociedade como um todo participe desse propósito cobrando dos órgãos públicos o devido comprometimento com os idosos e também uma maior continuidade nos projetos desenvolvidos. É importante destacar que as políticas públicas precisam ocorrer em conjunto nas esferas municipal, estadual e federal, e de forma independente de filiações políticas.

Além disso, é necessário que ocorra um maior incentivo à participação da empresas privadas nos investimentos em equipamentos e serviços de lazer e turismo, de forma a beneficiar não somente os idosos, mas a sociedade de uma forma geral. As políticas públicas devem então ser construídas e implantadas de maneira participativa e reivindicatória, de forma a possibilitar a superação da visão fragmentada e estreita que conduz a população a experiências alienadoras. O próprio idoso deve ser consultado durante o planejamento destes projetos, para que seus interesses sejam devidamente alcançados. Este também precisa intensificar seu interesse e participação na política para que possa assim ter maior influência nas decisões públicas, especialmente naquelas que se referem ao apoio social aos idosos.

Os tópicos que foram retratados neste capítulo da monografia serviram de referencial para mostrar que é preciso considerar que, no processo de criação das políticas públicas para o idoso, é de extrema importância que ocorra um planejamento cuidadoso que identifique as barreiras sociais e individuais que possam reduzir ou impedir a participação do sujeito idoso nas atividades sociais, saúde, lazer e trabalho, pois todas as dificuldades encontradas nesta fase da vida precisam então ser levadas em consideração para que as iniciativas obtenham sucesso.

O próximo capítulo fundamenta-se na premissa de que o respeito à terceira idade deve vir acompanhada de novas posturas e ações não somente da sociedade como um todo, mas de cada indivíduo em particular, para que propicie ao idoso uma qualidade de vida mais consistente.

4. RESPEITO À TERCEIRA IDADE: NOVAS POSTURAS, NOVAS AÇÕES

O mundo está passando por um período, que para muitos estudiosos é denominado de Era da Informação. Filho¹⁶ (2008) considera que não somente as máquinas, mas que também o ser humano possui limitações e que há uma necessidade premente de novas posturas e ações diante do avanço da informação e o que ela pode proporcionar de bom ou ruim ao ser humano. Apesar dessa “Era da Informação” citada por Filho (idem) ter propiciado muitas vantagens, como por exemplo, o acesso mais rápido ao conhecimento, muitas pessoas não conseguem de forma efetiva aprimorar seus conhecimentos para que possam tirar deles o máximo que puderem de informações que possam ser usados para o bem-comum.

Este capítulo da monografia é resultado de uma reflexão que tem como aporte teórico, os três primeiros capítulos analisados a partir da situação das pessoas da terceira idade no Brasil e as mudanças que estão ocorrendo no espaço e no tempo ocupados por eles.

Iniciar este capítulo refletindo sobre a “Era da Informação” é proposital, pois o Brasil, segundo os atuais indicadores de saúde, como o Ministério da Saúde e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística tem se tornado um país de pessoas mais velhas e que parte de sua população, a cada ano, para ser mais preciso, dados obtidos num artigo escrito por Ribeiro (2008)¹⁷, cerca de 650 mil novos idosos são incorporados à população.

Outro dado importante é que o processo de envelhecimento da população não está ocorrendo de maneira homogênea em todas as regiões do Brasil e que o envelhecimento da população traz como características implicações sociais, culturais e epidemiológicas, citadas por Ribeiro (idem).

O acesso à informação deveria ser um diferencial no respeito aos idosos e que na prática não ocorre; pelo contrário, ações de desrespeito são presenciadas no cotidiano: no

¹⁶ Antônio Mendes Silva Filho, **Era da Informação**. Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br>> Acesso em 12 set. 2008.

¹⁷ Otávio Augusto Lanes Ribeiro. **Distribuição Espacial E Crescimento da População Idosa nas Capitais Brasileiras de 1980 a 2006: Um Estudo Ecológico**. Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br>> Acesso em 12 set. 2008.

ponto de ônibus, na fila do banco, nas lojas, na falta de acesso à saúde, lazer, habitação, salário justo, entre outras.

Apesar do ser humano ter a sua disposição uma diversidade de instrumentos para comunicar-se e aprender como o rádio, televisão, jornal, computador, internet, etc. nem sempre estes instrumentos são utilizados, como enfatizando anteriormente, para o bem-comum.

Dados publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE¹⁸, através do censo realizado em 2006 mostram que diante do cenário de aumento da população da terceira idade no Brasil, verifica-se a importância de se preparar a população adulta para um envelhecimento de sucesso, principalmente no que diz respeito à saúde.

O tema qualidade de vida é atualmente um importante conceito aplicado nas mais diversas situações e condições pessoais e populacionais, como já foi mencionado no capítulo anterior desta monografia, é estruturado por aspectos subjetivos do indivíduo, como ele se sente, vive e se relaciona com a sociedade e consigo próprio.

O estado de satisfação geral do indivíduo determina sua qualidade de vida, a qual é relacionada às condições materiais e não-materiais dentre elas a segurança, felicidade, lazer, saúde, condição financeira estável, família, amor e trabalho.

Alguns indicadores sociais¹⁹ são utilizados para mensurar objetivamente a qualidade de vida nas coletividades como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Índice de Desenvolvimento Tecnológico (IDT), estes indicadores são facilmente encontrados em pesquisas publicadas pelo Ministério da Saúde e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Esses indicadores tomam como referência padrões ocidentais modernos para todos os países, mostram pouca diferença entre os países assemelhados, têm maior enfoque na

¹⁸ Censo 2006 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em:<<http://www.ibge.br>> Acesso 12 set. 2008.

¹⁹ Os indicadores de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Desenvolvimento Tecnológico (IDT) são utilizados pelo Governo Federal para desenvolver projetos nas áreas sociais.

produção e crescimento econômico, mas ignoram que a qualidade de vida também seja influenciada pela urbanização e respeito mútuo entre outros.

A Qualidade de Vida tem sido estudada de maneira ampla e dentro de uma visão internacional levando em conta os vários domínios que a compõem como: as realidades sociais, ambientais e a própria percepção física e psicológica do indivíduo.

As pesquisas de Moraes (2005)²⁰ sobre a qualidade de vida dos idosos mostram que os idosos tendem a valorizar as relações sociais como as reuniões entre amigos e a família. Esse contato faz com que eles se sintam visíveis, ativos e necessários dentro de seu grupo social. As pesquisas de Moraes (ibidem) também mostram que a família muitas vezes mantém a proximidade com o idoso por necessidade financeira ou por algum interesse na educação dos netos.

Já os adultos, segundo este mesmo autor, tendem a valorizar a aquisição de bens materiais como imóveis, carros, lazer e bens de consumo. A saúde só é valorizada quando, por algum motivo, ficam impossibilitados de executarem suas atividades diárias. Nessas condições se vêem acuados quando descobrem que são portadores de alguma patologia desenvolvida por maus hábitos de vida, incluindo-se aí os maus hábitos alimentares. A partir daí começam a se preocupar mais com sua saúde, procuram uma orientação nutricional e começam a participar de atividades físicas, pois o estar saudável, apesar de ser uma parte do contexto, é uma condição necessária para envelhecer bem.

O adulto valoriza as atividades laborais e um ganho financeiro que atenda suas expectativas. A percepção da qualidade de vida pode ser influenciada se suas expectativas não forem realizadas.

A prevenção, na maioria das vezes, não é feita na fase adulta. Essa atitude pode aumentar as chances do desenvolvimento de doenças crônicas e segundo Rowe e Kahn (2000) citados por Moraes (idem) comprometem o envelhecimento de sucesso.

²⁰ Almor de Moraes é docente da Universidade Federal de Minas Gerais e desenvolve pesquisas na área de qualidade de vida dos idosos.

Segundo Moraes (idem), os idosos diferem dos adultos por valorizarem questões mais generalizáveis sobre satisfação de vida. Este mesmo autor (ibidem) relata que os idosos diferem de outras faixas etárias apenas por atribuírem menor importância para as atividades laborais e maior valor para a saúde. A satisfação do idoso fica dependente de suas expectativas, sentimentos e objetivos traçados na fase adulta.

Segundo Lobato (2004) o processo de envelhecimento é individual, ocorrendo de diversas maneiras. Capacidade funcional e atividades sociais, interação, relacionamento, sensação de bem-estar e auto-estima produzem um certo impacto na afetividade e na qualidade de vida dos idosos.

A condição de vida na terceira idade excede os limites da responsabilidade pessoal. São vários desafios enfrentados pela sociedade contemporânea, a crise econômica, o aumento da expectativa de vida, a estrutura de serviços sociais, a previdência, o declínio do cuidado tradicional da família, a falta de reorientação apropriada voltada para o envelhecimento com melhor qualidade de vida.

Como a proposta desta reflexão é mostrar novas posturas e ações necessárias para o respeito ao idoso, é preciso ressaltar que os estudos de Fernandes (2004) sobre essas ações mostraram que a qualidade de vida, muito mais que predefinições fundamentadas em teses filosóficas e científicas, possui um aspecto diferenciado quando da linguagem popular. O olhar individual e a busca de suas verdadeiras essencialidades são pessoais, e desta forma, muitas vezes imutável.

Nesse sentido, uma aproximação da percepção dos idosos com relação à qualidade de vida poderia servir de guia para formulações e práticas resolutivas às questões de suas necessidades, orientando e, até, desenvolvendo soluções viáveis que possibilitariam o resgate da terceira idade excluída, historicamente, da sociedade.

4.1 Aumento da Expectativa de Vida

Com o desenvolvimento da medicina, a expectativa de vida tende a aumentar e, conseqüentemente, o aumento de pessoas interessadas e conscientes em relação aos cuidados que deve tomar, principalmente em relação à saúde para que tenha um envelhecimento com qualidade.

Vale lembrar o que Fernandes (2004) afirmou considerando ainda que o gradativo envelhecimento da população, com um conseqüente aumento da expectativa de vida ao nascer, característica antes praticamente exclusiva de países industrializados e ricos, tornou-se um fenômeno irreversível tanto no Brasil quanto na maior parte dos países latino-americanos.

Para Fernandes (2004, p.66):

A maior preocupação de uma pessoa que pensa no seu envelhecimento é chegar à terceira idade sem ter uma doença que limite seu dia-a-dia e a torne dependente de outras pessoas. Estudos realizados com pessoas idosas têm demonstrado que a maioria considera a saúde como o valor mais fundamental para a qualidade de vida.

Do ponto de vista de saúde pública, a capacidade funcional na terceira idade surge como um conceito de saúde mais adequado para instrumentar e operacionalizar uma política de atenção à saúde do idoso.

Assim, ações preventivas, assistenciais e de reabilitação em saúde devem objetivar e melhorar a capacidade funcional do idoso, ou no mínimo mantê-la e, sempre que possível, recuperá-la. Um enfoque que transcende o simples diagnóstico e tratamento de doenças específicas.

A dimensão assumida pela problemática do idoso tem provocado mudanças na forma como a sociedade trata e representa a velhice. Fernandes (2004) observa que diferentes imagens da velhice são produzidas em função de determinados meios sociais. Conforme os fatores envolvidos, os significados e valores associados à velhice diferem a partir do

referencial biológico, fatores não biológicos (sociais, econômicos e psicológicos) marcam profundamente o ritmo, natureza, a estrutura e as significações do que seja envelhecer.

É bem verdade que o envelhecimento vem sendo conceituado das mais variadas formas por diferentes autores, com pressupostos conseqüentes da idade ou da transformação cotidiana, sem contar em argumentos populares de cunho social da representatividade do idoso. Segundo afirma Fernandes (2004), alguns visualizam o envelhecimento como um processo biológico, outros mais como um processo patológico ou como um processo sócio-econômico ou psicossocial.

Fernandes (2004) diz que:

A promoção da boa qualidade de vida na terceira idade excede, entretanto, os limites da responsabilidade pessoal e deve ser vista como um empreendimento de caráter sócio-cultural. Ou seja, uma velhice satisfatória não é um atributo do indivíduo biológico, psicológico ou social, mas resulta da qualidade da interação entre pessoas em mudanças

A partir desta citação de Fernandes (2004) é possível afirmar que qualidade de vida é a satisfação que se tem proveniente de saúde geral, conforto e relações pessoais.

Para Fernandes (2004) pesquisas como esta que está sendo desenvolvida sobre a terceira idade são importantes, pois todas as investigações sobre as condições que permitem uma boa qualidade de vida na velhice, bem como sobre as variações que esse estado comporta reveste-se de grande importância científica e social e geram ações inovadoras para serem utilizadas na promoção do bem-estar na terceira idade.

Fernandes (2004) ainda indica em seus estudos que a saúde representa um fator decisivo para a manutenção, na velhice, de uma boa qualidade de vida, a qual pode ser definida como a ausência de dor, mantendo um auto-conceito positivo e um estado funcional saudável nos domínios físico, social e psicológico.

Outros fatores que Fernandes (2004) considera para a qualidade de vida são as variáveis: hábitos alimentares, condições de moradia, emprego e saúde, porque elas

interferem na qualidade de vida dos idosos e podem gerar um perfil diferenciado do envelhecimento biológico. Além disso, segundo o autor, fatores como motivação, educação e a cultura podem melhorar os processos cognitivos, motores, sensoriais e intelectuais na terceira idade.

Sobretudo, segundo Bertolo (1995) desvendar os benefícios, as virtudes da velhice, dilatar a juventude e envelhecer com boa qualidade de vida individual e coletiva têm trazido uma certa ansiedade no ser humano, evidente nos domínios da filosofia, das religiões, do direito, da medicina, da odontologia e das ciências sociais. Segundo, a literatura gerontológica internacional, tem havido uma certa importância ao entendimento do significado de uma boa e saudável velhice, ou como “velhice bem-sucedida”.

Atualmente ouve-se com muita frequência a expressão qualidade de vida em relação a todas as áreas do conhecimento humano, seja relativa à situação política, social, econômica, familiar, entre tantas, inclusive ao setor saúde, na medicina e na odontologia, principalmente em se tratando da terceira idade.

Bertolo (1995, p.34) informa que:

A palavra qualidade está sendo utilizada no linguajar comum, na rua, nos supermercados, nos meios de comunicação e ninguém pode mais conceber qualquer coisa que não tenha qualidade. A propaganda da televisão exige qualidade em tudo.

Para completar o pensamento de Bertolo (idem) relativa à qualidade de vida dos idosos, uma velhice bem-sucedida é assim uma condição individual e grupal de bem estar físico e social, referenciada aos ideais da sociedade, às condições e aos valores existentes no ambiente em que o indivíduo envelhece, e às circunstâncias de sua história pessoal e de seu grupo etário.

Do ponto de vista biológico o envelhecimento é produto de fatores biológicos, enfermidades e mudanças sociais que afetam o indivíduo durante toda a vida, sendo, portanto

um processo altamente individual, seqüencial, cumulativo e irreversível, pois a população não vai deixar de envelhecer.

4.2 Fatores de Promoção do Bem-Estar na Terceira Idade

Pode-se dizer, ainda, que como regra geral, segundo afirma Bertolo (1995) que, em relação à terceira idade, o envelhecimento bem-sucedido depende de um conjunto de elementos. O principal sem dúvida é de ordem econômica, fundamental à promoção de boa saúde física e à educação ao longo do curso de vida. Outro é a adoção de providências reais no sentido de potencializar o desenvolvimento e a adaptação da pessoa humana, educando-a continuamente e realizando as adaptações sociais necessárias à sua melhor qualidade de vida. O terceiro é o estímulo à flexibilidade individual e social em relação às questões da velhice. É também importante para a sociedade lidar com as crenças vigentes em relação à velhice, tanto para saber o que as determina como para identificar suas conseqüências sobre o bem-estar do idoso.

Um destaque interessante dado por Bertolo (1995) em relação aos fatores que proporcionam bem-estar ao idoso refere-se à família. Nos últimos anos várias pesquisas sobre a satisfação do idoso estão associadas à perda do controle emocional, sentimentos de solidão, sejam pela perda do cônjuge ou a partida dos filhos, percepção de afastamento e desamparo, incerteza em relação ao futuro, auto-exclusão, por não se achar apto a participar da sociedade moderna, e o cotidiano imerso nos conflitos familiares, situações características da mudança do seu estado anterior decorrente da perda da sua autonomia e independência.

A morte de entes queridos pode levar à chamada última solidão, como define Bertolo (idem), que é um campo propício para o afastamento da realidade e reclusão, a auto-exclusão, que pode ser um fator de agravamento e deterioração da condição psicológica, e porque não, com conseqüências fisiológicas. Tal momento reflete em se pensar no resgate desses indivíduos, especialmente os idosos, que perderam pessoas tão próximas ou companheiras, e esse pode ser mais um fator de aproximação entre o idoso e sua família.

Para Bertolo (1995) estilo de vida, moradia, condições de vida, alimentação, estresse, saúde, educação, trabalho, enfim, a multifatorialidade, segundo a história de vida do idoso, são rastros de uma conseqüente idade.

Segundo Salgado (1982)²¹ deve-se considerar que nos casos de pessoas constitucionalmente mais saudáveis ou que cuidaram melhor de si mesmas ao longo dos anos, a velhice pode trazer qualidades excepcionais de sabedoria, compreensão, paciência e tolerância.

Para Salgado (Apud Marzo,1982) os sentimentos que são desenvolvidos com respeito à solidão estão, ligados às experiências que remontam à nossa infância. Tudo o que acontece para um indivíduo; vivências, esperanças, angústia, felicidade, dor, separações, perdas; vai ter um peso diferente conforme a idade em que ele for atingido. A solidão será tanto maior quanto menores forem as esperanças de reencontro, de novos relacionamentos, o que ocorre de uma forma maior na velhice. O idoso não deve esperar que seus semelhantes (companheiro, filhos ou sociedade) protejam-no da solidão: é necessário um preparo interior, para fazer frente a esses diversos agentes causais.

Um outro aspecto destacado por Salgado (1982), muito encontrado na terceira idade, até mesmo por reflexões da sua solidão, é a preocupação com o que já passou, de maneira a evitar as enganações às expectativas do que está vindo. O surgimento da solidão está calcado no descarrilar do sentimento de sociedade. A massificação social vem dando lugar a uma maior individualização e à dificuldade de encontrar um companheiro para compartilhar os últimos anos de vida.

4.3 A Terceira Idade na Sociedade Contemporânea

A evolução de um povo pode ser avaliada pelo respeito aos setores que necessitam de atenção especial, como as pessoas idosas. No Brasil, garantir cidadania, aspecto retratado no terceiro capítulo desta monografia e dignidade aos idosos é um grande desafio. E se torna ainda mais urgente à medida que está mudando rapidamente a estrutura de idades da

²¹ Elias Salgado apud Celso MARZO. Disponível em:<<http://www.scielo.br>> Acesso em 15 set. de 2008.

população. Durante décadas, foi muito divulgada a imagem do Brasil como um país quase exclusivamente jovem.

A vida é um ciclo de nascer, crescer, amadurecer, envelhecer e morrer, no entanto, não significa que a velhice deva estar diretamente associada à doença e à morte. Muito das representações sociais que se tem da terceira idade apontam para esses dois tópicos como centrais. No entanto, esses podem ocorrer em qualquer um dos ciclos de vida. Repensar a terceira idade é um ponto crucial na atualidade. Esse é o momento de vida no qual há a necessidade de reconstruir dignidade, direitos, implementando a cidadania. Não é um momento de encerramento, mas sim de reativar novos sentidos.

Salgado (1982) nos ensina que a realidade da velhice no Brasil convive com uma ideologia de velhice segundo a qual envelhecer bem só depende do indivíduo: mantendo-se ativo, engajado e útil, apesar das perdas biológicas, econômicas, sociais e psicológicas, qualquer pessoa pode ter uma velhice satisfatória.

Atualmente, no Brasil, a concepção segundo a qual envelhecer bem, dando conta de perdas e incapacidade, é uma responsabilidade individual, serve aos propósitos do Estado, no momento em que este se encontra impossibilitado de conceder e gerir os benefícios sociais devidos aos seus aposentados.

A adoção de posturas públicas conjunturais, imediatistas e carentes de visões sociocultural e demográfica de longo prazo é igualmente facilitada pela disseminação dessa ideologia.

A noção de que a velhice é dominada por doenças, perdas e incompetência comportamental de origem biológica é avalizada pela medicina. Com desconcertante frequência este aval atende necessidades do mundo do trabalho, quando se descarta dos trabalhadores que se tornaram obsoletos em virtude da falta de oportunidades para acompanhar as mudanças tecnológicas, educacionais e econômicas, com a justificativa de que

eles tornaram-se biológica e intelectualmente despreparados para enfrentar novos desafios e exigências.

Sem dúvida nenhuma Salgado (1982) está certo ao afirmar que envelhecer bem depende das chances do indivíduo quanto a usufruir de condições adequadas de educação, urbanização, habitação, saúde e trabalho durante todo o seu curso de vida.

O olhar para um novo horizonte está aí, a terceira idade, não mais vista como um processo de morbidade geral, mas como um deleite da mais profunda ironia do cumprimento do dever, na verdade, a terceira idade, a maior idade, seria para os padrões de hoje, se regada com muita dedicação, vista de um ângulo da qualidade de vida, uma melhor idade, apesar de tudo.

Para concluir este capítulo é necessário destacar que grande parte da sociedade, ainda, não está preparada para uma grande mudança em relação à terceira idade. Em alguns aspectos políticos legislativos foram desencadeadas leis e atitudes que intervêm até judicialmente na atitude da população, como por exemplo, a criação do Estatuto do Idoso, mas que ainda não conseguiu alterar a concepção cultural da sociedade.

Assim, o reconhecimento dos direitos do cidadão quando envelhece é um fato novo, sendo que foi em 1º de Outubro de 2003 que foi sancionado pelo governo brasileiro a Lei Federal nº 10.741²², que teve e tem o intuito de assegurar e garantir os direitos previstos constitucionalmente em relação ao idoso, esses direitos representam muitas vezes uma compensação pelas perdas e limitações pelas quais passam as pessoas ao envelhecer, sendo que muitos desses direitos são responsáveis a tentar propiciar um envelhecimento mais digno, com a proteção à vida e à saúde, e institui penas severas para quem desrespeitar ou abandonar cidadãos da terceira idade.

Apesar do artigo 3º do Estatuto do Idoso mostrar que é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar ao idoso com absoluta prioridade a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer,

²² Estatuto do Idoso Disponível em:<<http://www.ms.gov.br>> Acesso 15 de set. de 2008.

ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária, na prática esses direitos não estão assegurados aos idosos.

Portanto, a reflexão final deste capítulo é a de que os desafios trazidos pelo envelhecimento da população têm diversas dimensões e dificuldades, mas nada é mais justo do que garantir aos idosos sua integridade. Conhecer o conteúdo do Estatuto do Idoso e outras leis que assegurem o direito na terceira idade é fundamental para respeitar aquele que dedicou a sua vida para construir uma sociedade mais justa.

CONDIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada para esta monografia mostrou que nos últimos anos, os idosos passaram a ser objeto de preocupação dos vários segmentos sociais, não somente da saúde, mas também dos segmentos de lazer, educação, política dentre outros.

Os direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal de 1988 quando diz “a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar garantindo-lhes o direito à vida.” (Art. 230) está confirmado no Estatuto do Idoso Lei nº 10.741, ainda que haja muitos atos discriminatórios seja na fila do banco, no transporte coletivo e no tratamento geral dispensado ao idoso pela sociedade brasileira.

A partir do nascimento do ser humano, o indivíduo está confinado a um curso da vida, onde estarão submetidos a modificações que estarão interagindo nos aspectos: biológicos e psicológicos, portanto, o processo do envelhecimento não pode ser analisado apenas através de um fator único, como a idade cronológica. Dentro da nossa sociedade ocidental, essa variável de referência, é muito utilizada para determinarmos diferentes épocas da vida humana.

A concretização de um projeto na terceira idade tem um peso muito grande, pois mostra que o idoso, apesar das diversidades, pode superar algumas limitações (tais como: idade, condição física, etc.) e ir em busca de seus desejos, superando alguns estereótipos ainda tão arraigados em nossa sociedade (como, por exemplo, de que a pessoa idosa não consegue adequar-se à realidade presente, não consegue acompanhar os avanços impostos à humanidade, que é um ser desatualizado, sem maiores expectativas na vida).

Sem dúvida, o bem-estar proporcionado pela elaboração e/ou concretização de projetos é traduzido, inegavelmente, como um aumento da auto-estima e, conseqüentemente, na melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas, como foi estudado no referencial teórico desta pesquisa.

Os desafios trazidos pelo envelhecimento da população têm diversas dimensões e dificuldades, mas nada é mais justo do que garantir ao idoso a sua integração na comunidade. O envelhecimento da população influencia o consumo, a transferência de capital e propriedades, impostos, pensões, o mercado de trabalho, a saúde e assistência médica, a composição e organização da família. É um processo normal, inevitável, irreversível e não uma doença. Portanto, não deve ser tratado apenas com soluções médicas, mas também por intervenções sociais, econômicas e ambientais.

A sociedade precisa ampliar o conceito de idoso para além do dado biológico, admitindo não só o envelhecimento populacional como também as necessidades da população durante todo o seu curso de vida, focando a pessoa idosa na sua totalidade.

Conclui-se, portanto com a confirmação das hipóteses levantadas para esta pesquisa: o preconceito social, a condição socioeconômica e a falta de um atendimento específico aos direitos fundamentais afetam a qualidade de vida na terceira idade.

Nesse sentido o Estatuto do Idoso tem o dever de resguardar os direitos fundamentais neles expresso e não permitir que os idosos sejam excluídos da sociedade.

O distanciamento entre a lei e a realidade dos idosos no Brasil ainda é enorme. Segundo os especialistas, para que esta situação se modifique, é preciso que ela continue a ser debatida e reivindicada em todos os espaços possíveis, pois somente a mobilização permanente da sociedade é capaz de configurar um novo olhar sobre o processo de envelhecimento dos cidadãos brasileiros.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Fábio Tomaz. **Envelhecimento no Brasil**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 2002.

BALTES, Jameson. **Maturidade e Velhice no Brasil**. 4. ed. Campinas: Papyrus, 1990.

BARRETO, Luis. **Velhice e Envelhecimento em Debate**. Rio de Janeiro: Alternativa, 2007.

BRASIL. **Constituição Federal**. Art. 230, Brasília: Senado Federal, 1988.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **População Brasileira e o Idoso**. Disponível em:<<http://www.telesaudebrasil.org.br/artigos.html>>Acesso em 8 ago. 2008.

_____. **Censo 2006 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**, disponível em:<<http://www.ibge.br>>Acesso 12 set. 2008.

_____. **Lei 8.842/94**. Política Nacional do Idoso. Disponível em:<<http://www.saude.gov.br.html>>Acesso em 8 ago. 2008.

BRASIL. **Constituição Federal**. Art. 230, Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei 8.842/94**. Política Nacional do Idoso. Disponível em:<<http://www.saude.gov.br.html>>Acesso em 8 ago. 2008.

_____. **Lei 10.741**. Estatuto do Idoso. Disponível em:<<http://www.saude.gov.br.html>>Acesso em 8 ago. 2008.

_____. **Envelhecimento da População Brasileira**. Disponível em:<<http://www.saude.gov.br.html>>Acesso em 8 ago.2008.

BERTOLO, Reginaldo. **Qualidade de Vida entre os Idosos**. Campinas: Papyrus, 1995.

CARVALHO, Rosivaldo da Cunha. **O Processo de Envelhecimento da População Brasileira**. 11.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

Crescimento da População Idoso no Mundo Pós-Guerra. Disponível em:<<http://www.scielo/artigos.html>>Acesso em 8 ago. 2008.

DEBERT, Grita Grin. **Construção e Reconstrução da Imagem do Uso pela Mídia Televisiva**. 12. ed. São Paulo: MakromBooks, 1997.

DIENER, Patrick. **Idosos no Brasil Contemporâneo**. 5. ed. Campinas: Papyrus, 1997.

ERIKSON, Erik. **Auto-estima do Idoso**. São Paulo: Melhoramentos, 1998.

FERNANDES, André. **Qualidade de Vida do Idoso**. São Paulo: Hucitec, 2004.

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Arte e Terra, 1996.
- GOMES, Eliezer. **Responsabilidade Social e Idoso**. Campinas: Papyrus, 2003.
- LIMA, Mariano. **Relação: Idoso e Atividade Física**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- LOBATO, Hamilton. **Qualidade de Vida e Afetividade na Terceira Idade**. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MASLOW, Abraham. Teoria das Necessidades Humanas. Disponível em:<<http://www.maslow.net/artigos.html>>Acesso em 8 ago. 2008.
- MARCELINO, Nelson Dias. **A Idade da Sabedoria: O Processo de Envelhecimento**. São Paulo: Gente, 2001.
- MONTEIRO, Eliana. **Processo de Envelhecimento da População Brasileira**. Disponível em:<<http://www.portaldoenvelhecimento.net/artigos.html>>Acesso em 8 ago. 2008.
- MORAES, Alaor. **Índice de Desenvolvimento Humano e o Idoso**. São Paulo: Hucitec, 2005.
- NERI, Flávio Aloizio. **Terceira Idade no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Atica, 1997.
- NOVAES, Paulo. **A Ética, O Espírito Moral e o Corpo**. São Paulo: Ativa, 1995.
- OLIVEIRA, Letícia Mota. Psicologia do Idoso e do Envelhecimento. Disponível em:<<http://www2.dbd.puc-sp/pergamun.html>>Acesso em 8 ago. 2008.
- RIBEIRO, Otávio Augusto Lanes. **Distribuição Espacial e Crescimento da População Idosa nas Capitais Brasileiras de 1980 a 2006: Um Estudo Ecológico**. Disponível em:<<http://www.datasus.gov.br>>Acesso em 12 set. 2008.
- SALGADO, Airton Oliveira. **O Lazer na Perspectiva do Idoso**. Rio de Janeiro: Record, 1982.
- SALGADO, Elias. Citado por MARZO, Celso em:<<http://www.scielo.br>>Acesso em 15 set. de 2008.
- SANTOS, Sadi. **Idoso e Cidadania**. Porto Alegre: ArtMed, 2007.
- SILVA, Amancio. **Lazer e Terceira Idade**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- SILVA FILHO, Antônio Mendes. Era da Informação. Disponível em:<<http://www.datasus.gov.br>>Acesso em 12 set. 2008.
- SOUZA, Hugo Celso Dutra. **Relações de Família entre os Idosos**. São Paulo: Nova Fronteira, 2006.
- TURNER, Elias. **Desigualdade Social e Saúde Entre Idosos Brasileiros**. São Paulo: Atica, 1986.

VIANA, Eliseu de Freitas. **Atividades Lúdicas para a Terceira Idade**. Campinas: Papirus, 1999.

VIEIRA, Guilherme. **Cidadania e Classe Social**. Disponível em:<<http://www.casaro.es.google.com/resenha/marshall.html>>Acesso em 8 ago. 2008.

WERNECK, Paulo. **Políticas Públicas para os Idosos no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

